

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 07 e 08/12/2009.

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e nove, às dez horas, no Auditório do Ministério das Cidades, situado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, Edifício Telemundi II, Térreo – Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, por ordem do Presidente, o Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, sob a coordenação, do Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, em substituição ao Presidente. Estavam presentes 86 conselheiros, sendo 48 titulares, 32 suplentes e 01 observador. Os titulares foram representados por 07 conselheiros do Poder Público Federal, 03 conselheiros do Poder Público Estadual, 10 conselheiros do Poder Público Municipal, 14 conselheiros das Entidades de Movimentos Populares, 03 conselheiros das Organizações não Governamentais, 02 conselheiros das Entidades Profissionais, 05 conselheiros das Entidades Empresariais e 07 conselheiros das Entidades de Trabalhadores. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo, cumprimentou os presentes e deu início à 23ª reunião apresentando a pauta: **1. Tema de conjuntura: 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental; 2 Reuniões dos Comitês; 3. Informe: V Fórum Urbano Mundial; 4. Relato dos Comitês Técnicos; 5. Plenária/Debate; 6. Deliberação das Resoluções.** O Sr. Elcione explicou o novo formato de atendimento aos deslocamentos dos Conselheiros, com o sistema de fornecimento de hospedagem sendo alterado para pagamento de diárias, como consequência de suspensão de contrato de prestador de serviços, que apoiava a realização de eventos do Ministério das Cidades, além da disponibilidade. Modalidade que se torna permanente, uma vez que a nova sede do Ministério conta com auditório e espaços adequados para as atividades do Conselho das Cidades. Em seguida o Coordenador passou a palavra ao Sr. Guilherme Franco Netto, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, que fez a apresentação da palestra elaborada pelo Sr. Marcelo Filpo, pesquisador da Fiocruz, que não pôde comparecer à Reunião. Aberto o debate, o conselheiro Ângelo Arruda e o Sr. Renato Balbin, do IPEA, elogiaram o esforço de síntese, projetado pelos organizadores, para o processo de deliberação da Conferência Nacional da Saúde Ambiental, que tem a característica de limitar a quantidade de propostas. Ressaltaram que esta iniciativa é exemplar e que deveria servir de modelo para a 4ª Conferência das Cidades, pois consideram que o excesso de diretrizes acaba por enfraquecer os efeitos das conferências. O Sr. Guilherme respondeu que a experiência dos erros cometidos nas conferências passadas foi aproveitada, no sentido de que possam ser obtidos melhores resultados para a atual conferência. O conselheiro Miguel Lobato comentou que a Conferência da Saúde Ambiental é importante para discutir o problema da não aplicação de políticas transversais. Exemplificou com a política de regularização fundiária, que é encarada a partir de diferentes perspectivas pelos Conselhos das Cidades e do Meio Ambiente. O Sr. Guilherme concordou que ainda existem muitas resistências para a integração de políticas de saneamento que estão distribuídas entre diversos órgãos da União. Terminada a discussão da Conferência de Saúde Ambiental, o tema da organização da 23ª Reunião foi eleito como novo ponto de pauta. Os conselheiros Raul Carrion e Regina Ferreira chamaram a atenção para o plenário esvaziado e pediram que fosse informado como seria o planejamento para 2010, já que desde meados do ano em curso, a organização

não funciona a contento. Vários conselheiros se manifestam sobre os problemas, salientando que os problemas de logística se somam à fragilidade política do Conselho, a qual era patenteada pela ausência no plenário dos altos escalões do Ministério das Cidades e dos conselheiros que representam o Poder Público Federal. A conselheira Arlete Moysés declarou que o Balanço produzido pela Coordenação Executiva do Conselho não foi levado em consideração. O Sr. Ângelo Arruda reapresentou o documento do Balanço e relacionou os principais problemas apontados no documento, como a falta de monitoramento dos GTs, a falta de obrigatoriedade legal para os Conselhos Estaduais e Municipais e que a ausência do Poder Público na Reunião significa a falta de prioridade política para com o Conselho. Vários conselheiros enfatizaram fatos e circunstâncias que corroboram o diagnóstico do enfraquecimento político, tanto do Conselho como do próprio Ministério tais como: a discussão do Direito à Cidade reproduz a setorialização do Ministério, situação que vem acontecendo desde a 3ª Conferência Nacional das Cidades; que os Grupos de Trabalho se eternizam sem qualquer conclusão; que não há permanência do corpo dos servidores no Ministério. A própria reunião do Conselho também sofre um esvaziamento, com excesso de informes e pouca discussão política. Foi concluído que o problema que antecede a todos os outros é o esvaziamento da pauta política do Ministério, pois as questões da habitação, saneamento e mobilidade vêm há algum tempo, sendo decididas na Casa Civil, o que indica que as políticas públicas nestas áreas não são encaradas como políticas de Estado e sim programas de governo. A conselheira Mércia Alves declarou que o caráter deliberativo do Conselho é uma questão crucial, assim como o orçamento, e que há necessidade de uma avaliação externa do Conselho, no que foi reforçada por outros conselheiros, que consideram importante levantar os erros e acertos, pontuando o que foi construído e os principais desafios que precisam ser enfrentados. A Conselheira Regina Ferreira solicitou que a 1ª Reunião do próximo ano discuta o orçamento do Governo. O conselheiro Miguel Lobato afirmou que o Governo não teve coragem de elaborar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, tarefa que ficou nas mãos do Conselho. O Sr. Elcione lembrou a posição do professor Nabil Bonduki, em sua apresentação no Seminário para a Construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que manifestou que o mais urgente para o Conselho seria a aprovação, por lei, da sua constituição. O conselheiro Ângelo propôs que o caráter do Conselho fosse definido por meio de um Projeto de Lei e o amadurecimento desta discussão deveria ocorrer numa oficina de planejamento estratégico, que seria realizada entre janeiro e fevereiro, quando então se discutiria, inclusive, a alteração do regimento. A conselheira Regina manifestou apoio à priorização da lei do Conselho, dentro de um prazo de 60 dias. A oficina também deveria incluir o orçamento, repensar a logística e pactuar com o governo que o Ministro e os Secretários Nacionais estariam presentes por pelo menos dois dias nas reuniões do Conselho conforme a agenda da Coordenação Executiva do Conselho. O conselheiro Carrion propôs que as reuniões só contemplem a discussão política. **3. Informe: V Fórum Urbano Mundial.** O Sr. Cid Blanco explanou sobre o andamento da organização do V Fórum Urbano Mundial. Alguns conselheiros solicitaram urgência para a tradução da ficha de inscrição e pediram espaço para um estande dos movimentos e para uma apresentação do Conselho com debate em rede. **4. Relato dos Comitês Técnicos.** A Secretária Inês Magalhães apresentou alguns itens da revisão do Plano Nacional de Habitação - PLANHAB, correspondentes à nova etapa de construção da estratégia de implementação do Plano. Seguiu-se um debate com ênfase nos níveis de subsídio e financiamento constantes da tabela Estratificação das Necessidades por Grupos de Atendimento e no critério do indexador, aplicado por faixa de renda média familiar. Alguns conselheiros mostraram a necessidade de levar-se em consideração o número de componentes das famílias e que a referência para a forma de cálculo utilizada pelos Movimentos Populares é o salário mínimo. O conselheiro Ângelo solicitou a elaboração de um documento que explicita a correlação entre o salário mínimo e o índice do quadro Estratificação das Necessidades por Grupos de Atendimento. A

Secretária Inês afirmou que a escolha do critério da renda familiar foi uma opção da SNH, pelo fato da renda familiar assinalar a diminuição da capacidade de pagamento. Vários conselheiros solicitaram a criação de uma instância no Conselho para travar um diálogo político com o Governo para o andamento da legislação de interesse do Conselho, assinalando que há interconexões entre a PEC 285/2008 e o PLANHAB, inclusive questões importantes como a estabilidade das fontes de recursos, que estariam garantidas com a PEC. O Sr. Elcione mencionou que foi marcada uma reunião com o Ministro Luis Dulci para encaminhar o Decreto de Regulamentação do PLANSAB. A conselheira Regina enfatizou que a reunião com o Ministro Dulci deveria incluir a Casa Civil e o Ministério da Fazenda. Vários conselheiros solicitaram que fosse ampliada a pauta da reunião com o Ministro para incluir a PEC 285/2008 e o tema dos Conflitos Fundiários. **5. Deliberação das Resoluções.** O Sr. Elcione Diniz deu início à votação das resoluções e apresentou a proposta de resolução que recomenda a aprovação do Plano Nacional de Habitação – PLANHAB e dá orientações para a continuidade dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento do PLANHAB do Conselho das Cidades. A Resolução foi aprovada. A segunda Resolução recomenda ao Ministério das Cidades instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. A Resolução foi aprovada por aclamação. Em seguida foi lida a Resolução recomendando que o Conselho das Cidades, em conjunto com outras redes, organizações, fóruns e governos, organize e inscreva uma atividade no V Fórum Urbano Mundial. A Resolução foi aprovada com uma abstenção. O conselheiro Miguel Lobato solicitou para constar em ata que o Estado do Rio de Janeiro não cumpre a política do Ministério, que não possui conselho estadual nem marcou a sua conferência. Solicitou a intermediação do Ministro junto ao governador para a negociação destas pendências. A 4ª Resolução apresentada recomenda a realização dos Seminários Estaduais para apresentação e discussão da versão preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico até julho de 2010; a realização de uma campanha na mídia e a criação de Núcleos Estaduais e Municipais para fomento à elaboração dos Planos de Saneamento. A Resolução foi aprovada. A última Resolução, recomendando ao Ministério das Cidades que emita orientações e recomendações com relação à revisão ou alteração de Planos Diretores foi aprovada. A conselheira Bartíria Lima da Costa solicitou o registro de uma nota de solidariedade às vítimas das chuvas em São Paulo e Mauá, e de repúdio aos governos do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, pela forma com que conduzem as obras do Rodoanel, agravando o problema das enchentes. No encerramento dos trabalhos, o Ministro Marcio Fortes de Almeida, e o Secretário-Executivo Elcione Diniz, se despediram e agradeceram a presença de todos.